



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 1999

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, na saída de estabelecimento industrial ou a ele equiparado, os produtos alimentícios doados a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, para distribuição gratuita a pessoas carentes.

Art. 2º Aplica-se o disposto no artigo anterior às doações de máquinas, equipamentos e utensílios utilizáveis, pelas referidas entidades, no preparo, acondicionamento e distribuição de alimentos com a mesma finalidade.

Parágrafo único. Os bens doados na forma deste artigo não poderão ser alienados ou dados em garantia, permitida a sua cessão a outras entidades sem fins lucrativos, para a mesma destinação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incide na saída de produtos alimentícios doados por estabelecimento industrial ou a ele equiparado.


A presente proposição visa a desonerar da tributação pelo IPI os produtos que, por doação, vão atender as necessidades alimentares de pessoas carentes, com a intermediação de entidades sem fins lucrativos, normalmente estabelecidas e reconhecidas em lei.

Vale ressaltar que em certos casos – excesso de produção, retração de mercado, etc. – é mais vantajoso para o industrial destruir esses produtos do que doá-los e arcar com o ônus do tributo.

Ainda com o objetivo de incentivar as doações, o projeto contempla a isenção do IPI incidente sobre as máquinas, equipamentos e utensílios utilizáveis no preparo, acondicionamento e distribuição de alimentos a serem fornecidos gratuitamente a pessoas carentes, pelas referidas entidades.

Em face do alcance social do projeto, contamos com o apoio dos Senhores Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 8 de março de 1999


Senador LÚCIO ALCÂNTARA

(À Comissão de Assuntos Econômicos-decisão terminativa)

Publicado no Diário do Senado Federal, em 9-3-99